



Balanço

Funcorsan 2017



GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Apresentamos o Balanço Patrimonial de 2017, juntamente aos Demonstrativos Contábeis e as Notas Explicativas. O Balanço é o documento que apresenta a principal demonstração contábil de uma empresa. O Balanço Patrimonial Consolidado da Funcorsan é a representação gráfica de todo o patrimônio da entidade. Nela constam os valores do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido, refletindo a posição financeira em dezembro de 2017.

Valores Expressos em R\$ Mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 2017
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016
Ativo	<u>1.572.219</u>	<u>1.452.679</u>	Passivo	<u>1.572.219</u>	<u>1.452.679</u>
Disponível	<u>41</u>	<u>37</u>	Exigível operacional	<u>3.215</u>	<u>4.202</u>
Realizável	<u>1.571.514</u>	<u>1.451.953</u>	Gestão Previdencial	1.849	1.765
Gestão Previdencial	<u>83.412</u>	<u>100.703</u>	Gestão Administrativa	1.128	2.176
Gestão Administrativa	<u>784</u>	<u>927</u>	Investimentos	238	261
Investimentos	<u>1.487.318</u>	<u>1.350.323</u>			
Fundos de Investimentos	1.366.766	1.234.343	Exigível contingencial	<u>40.842</u>	<u>39.820</u>
Investimentos Imobiliários	77.362	73.868	Gestão Previdencial	24.398	23.033
Empréstimos e Financiamentos	43.093	41.949	Gestão Administrativa	440	527
Depósitos Judiciais/Recursais	97	163	Investimentos	16.004	16.260
Permanente	<u>664</u>	<u>689</u>	Patrimônio Social	<u>1.528.162</u>	<u>1.408.657</u>
Imobilizado	664	689	Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>1.523.393</u>	<u>1.403.873</u>
			Provisões Matemáticas	<u>1.674.757</u>	<u>1.548.598</u>
			Benefícios Concedidos	1.315.182	1.168.050
			Benefícios a conceder	683.766	721.390
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(324.191)	(340.842)
			Equilíbrio Técnico	(151.364)	(144.725)
			Resultados Realizados	(151.364)	(144.725)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(151.364)	(144.725)
			Fundos	<u>4.769</u>	<u>4.784</u>
			Fundos Administrativos	4.437	4.240
			Fundos dos Investimentos	332	544

Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS EM DEZEMBRO DE 2017

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício	1.408.657	1.284.582	9,66
<u>1. Adições</u>	<u>288.377</u>	<u>319.015</u>	<u>(9,58)</u>
Contribuições Previdenciais	129.577	136.113	(4,80)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	147.268	170.917	(13,84)
Receitas Administrativas	11.057	11.153	(0,86)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	475	832	(42,91)
<u>2. Destinações</u>	<u>(168.872)</u>	<u>(194.940)</u>	<u>(13,37)</u>
Benefícios	(154.365)	(174.370)	(11,47)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.960)	(9.406)	(68,53)
Despesas Administrativas	(11.207)	(10.922)	2,61
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(129)	(235)	(45,11)
Reversão de Fundos de Investimentos	(211)	(7)	2.914,29
<u>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</u>	<u>119.505</u>	<u>124.075</u>	<u>(3,68)</u>
Provisões Matemáticas	126.158	146.308	(13,77)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(6.638)	(23.054)	(71,21)
Fundos Administrativos	197	828	(76,21)
Fundos dos Investimentos	(212)	(7)	2.914,29
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.528.162	1.408.657	8,48

Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora	Diretor Financeiro e	Diretor de	Contador
Superintendente	Administrativo	Seguridade	CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DMALPB -

EM DEZEMBRO DE 2017

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	<u>1.403.873</u>	<u>1.280.619</u>	<u>9,62</u>
1. Adições	<u>283.745</u>	<u>313.996</u>	<u>(9,63)</u>
Contribuições	136.477	143.079	(4,61)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	147.268	170.917	(13,84)
2. Destinações	<u>(164.225)</u>	<u>(190.742)</u>	<u>(13,90)</u>
Benefícios	(154.365)	(174.370)	(11,47)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.960)	(9.406)	(68,53)
Custeio Administrativo	(6.900)	(6.966)	(0,95)
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>119.520</u>	<u>123.254</u>	<u>(3,03)</u>
Provisões Matemáticas	126.158	146.308	(13,77)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(6.638)	(23.054)	(71,21)
B) Ativo Líquido - final do Exercício (A+3)	<u>1.523.393</u>	<u>1.403.873</u>	<u>8,51</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>4.769</u>	<u>4.784</u>	<u>(0,31)</u>
Fundos Administrativos	4.437	4.240	4,65
Fundos dos Investimentos	332	544	(38,97)

Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DALPB EM DEZEMBRO DE 2017

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Varição (%)
1. Ativos	<u>1.570.651</u>	<u>1.449.976</u>	<u>8,32</u>
Disponível	24	12	108,33
Recebível	87.850	104.944	(16,29)
Investimentos	<u>1.482.777</u>	<u>1.345.020</u>	<u>10,24</u>
Fundos de Investimentos	1.362.225	1.229.040	10,84
Investimentos Imobiliários	77.362	73.868	4,73
Empréstimos e Financiamentos	43.093	41.949	2,73
Depósitos Judiciais/Recursais	97	163	(40,49)
2. Obrigações	<u>(42.489)</u>	<u>(41.319)</u>	<u>2,83</u>
Operacional	(2.087)	(2.026)	2,99
Contingencial	(40.402)	(39.293)	2,82
3. Fundos não Previdenciais	<u>(4.769)</u>	<u>(4.784)</u>	<u>(0,30)</u>
Fundos Administrativos	(4.437)	(4.240)	4,64
Fundos dos Investimentos	(332)	(544)	(38,97)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>1.523.393</u>	<u>1.403.873</u>	<u>8,51</u>
Provisões Matemáticas	1.674.757	1.548.598	8,15
Superávit/Déficit Técnico	(151.364)	(144.725)	4,59
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(151.364)	(144.725)	4,59
b) (+/-) Ajuste de Precificação	101.715	102.598	(0,86)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	49.649	42.127	17,85

Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA EM DEZEMBRO DE 2017

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.240	3.412	24,26
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.532	11.985	(3,78)
1.1 Receitas	11.532	11.985	(3,78)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.900	6.966	(0,95)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.520	3.655	(3,69)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	636	531	19,77
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	476	833	(42,86)
2. Despesas Administrativas	(11.206)	(10.922)	2,60
2.1 Administração Previdencial	(7.050)	(6.736)	4,67
Pessoal e Encargos	(4.358)	(4.286)	1,68
Treinamentos / Congressos e Seminários	(41)	(41)	-
Viagens e Estadias	(34)	(32)	6,98
Serviços de Terceiros	(1.197)	(1.027)	16,54
Despesas Gerais	(685)	(618)	10,81
Depreciações e Amortizações	(124)	(102)	21,88
Tributos	(611)	(631)	(3,14)
2.2 Administração dos Investimentos	(4.156)	(4.186)	(0,72)
Pessoal e Encargos	(2.652)	(2.625)	1,03
Treinamentos / Congressos e Seminários	(26)	(28)	(7,14)
Viagens e Estadias	(36)	(37)	(2,70)
Serviços de Terceiros	(930)	(964)	(3,53)
Despesas Gerais	(392)	(420)	(6,67)
Depreciações e Amortizações	(75)	(65)	15,38
Tributos	(45)	(47)	(4,26)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(129)	(235)	(45,11)
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	197	828	(76,19)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	197	828	(76,19)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	4.437	4.240	4,65

Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91

Valores Expressos em R\$ Mil

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPTP EM DEZEMBRO 2017

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.566.214	1.445.736	8,33
1. Provisões Matemáticas	1.674.757	1.548.598	8,15
1.1. Benefícios Concedidos	1.315.182	1.168.050	12,60
Benefício Definido	1.315.182	1.168.050	12,60
1.2. Benefícios a conceder	683.766	721.390	(5,22)
Benefício Definido	683.766	721.390	(5,22)
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(324.191)	(340.842)	(4,89)
(-) Déficit Equacionado	(295.252)	(314.797)	(6,21)
(-) Patrocinadora (s)	(143.119)	(152.409)	(6,10)
(-) Participantes	(143.037)	(152.409)	(6,15)
(-) Assistidos	(9.096)	(9.979)	(8,85)
(+/-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	(28.939)	(26.045)	11,11
(+/-) Patrocinadora(s)	(28.939)	(26.045)	11,11
2. Equilíbrio Técnico	(151.364)	(144.725)	4,59
2.1. Resultados Realizados	(151.364)	(144.725)	4,59
(-) Déficit Técnico Acumulado	(151.364)	(144.725)	4,59
3. Fundos	332	544	(38,97)
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	332	544	(38,97)
4. Exigível Operacional	2.087	2.026	3,01
4.1. Gestão Previdencial	1.849	1.765	4,78
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	238	261	(8,98)
5. Exigível Contingencial	40.402	39.293	2,82
5.1 Gestão Previdencial	24.398	23.033	5,93
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	16.004	16.260	(1,57)

Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozório
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CPF: 653.122.870-91

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

As notas explicativas auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da Entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e detalham outros fatos considerados relevantes.

As notas explicativas a seguir são apresentadas em forma de texto, gráficos, quadros de detalhamento ou ainda outras demonstrações contábeis, considerando informações de natureza financeira, econômica e atuarial, entre outras.

1. A FUNDAÇÃO CORSAN E SUAS ATIVIDADES

1.1. Estrutura jurídica e objetivos

A Funcorsan fundamenta-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos com caracterização jurídica de Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocinada, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1979, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1980.

Estatutariamente, seus objetivos consistem em administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária.

Para seu funcionamento deve observar as disposições estabelecidas nas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, bem como outros normativos expedidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, autarquia de natureza especial com autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 – a qual atua como entidade de fiscalização e de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

1.2. Plano de Benefícios

A Funcorsan administra o Plano de Benefícios Definido BD nº 001, registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios da Previc sob o nº 19.790.038-74. O Regulamento do Plano de Benefícios da Funcorsan foi aprovado através da Portaria Previc nº 106, de 07 de fevereiro de 2017.

1.3. Fontes de recursos

Para a consecução dos seus objetivos, a Funcorsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Patrocinadora Corsan, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração;

- Receitas de aplicações do patrimônio.

1.4. Destinação dos recursos

Os benefícios, com base no Regulamento do Plano, são calculados pelo atuário responsável, que assina as respectivas Notas Técnicas Atuariais, ao qual também competem os cálculos e estudos atuariais, perante a massa de participantes, aos órgãos públicos e a própria Funcorsan. O Plano de Benefícios congrega 8.961 (9.052 em 2016) participantes ativos e assistidos, dos quais 3.573 (3.397 em 2016) com benefícios já concedidos.

1.5. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelo Plano de Benefício administrado pela Funcorsan foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Orçamento Anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo – PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefício.

1.6. Custeio Administrativo

São os recursos destinados a cobertura das despesas administrativas da Funcorsan, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores; reembolso dos patrocinadores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos Planos de Benefícios e PGA, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

O limite anual de destinação de recursos dos planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, a ser deliberado pelo Conselho Deliberativo da Entidade é um entre os seguintes: Taxa de Administração de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios – RGPB ou Taxa de Carregamento de até 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2017, o 2º limitador - Taxa de Carregamento, fixando em 5,00% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis e as normas para registro das operações da Funcorsan são determinadas pelas seguintes legislações:

- Lei Complementar nº 109, de 21 de maio de 2001 (Art. 23);
- Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002;
- Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e disciplinada pela Instrução Normativa - IN nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011;
- Instrução MTPS/Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e normativos posteriores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- I. **Balanco Patrimonial (BP):** Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Funcorsan, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.
- II. **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** Esse demonstrativo é apresentado de acordo com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) é uma demonstração consolidada e destina-se a evidenciar as mutações dos componentes do Patrimônio Social, no exercício a que se referir e discriminam os recursos, adições e deduções, que contribuíram para o seu aumento e diminuição, e saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social. Na apresentação das adições e destinações foi adotado o regime de competência para as receitas e despesas administrativas e previdenciais efetivamente auferidas ou incorridas.
- III. **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALPB:** Esse demonstrativo apresenta a mutação do Plano de Benefício da Funcorsan, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O ativo líquido apresentado no início e no final do exercício representa o valor do patrimônio de cobertura do plano apresentado no Balanço. O DMAL por plano de benefícios destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e do próprio ativo líquido.

- IV. **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB:** Esse demonstrativo apresenta a destinação do patrimônio social do ativo, demonstrando a composição do ativo líquido após o abatimento das obrigações. O ativo líquido de um plano de benefícios é o valor resultante da subtração do ativo total menos o passivo e fundos não previdenciais. Sua apuração tem como objetivo possibilitar a avaliação do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões (reservas) matemáticas e fundos previdenciais, pelo ativo líquido. As informações complementares correspondem ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente. O valor apresentado como Equilíbrio Técnico Ajustado, é o valor de referência para análise do grau de solvência e parâmetro para definição da necessidade e valor de possível equacionamento, nos termos da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015.
- V. **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA:** Este demonstrativo é elaborado em conformidade a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – DPGA apresenta consolidada, através das contas de resultado, toda a movimentação da gestão administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos gastos administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo, e avaliação das alterações ocorridas no Fundo Administrativo do Programa de Gestão Administrativa.
- VI. **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP:** O demonstrativo representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Funcorsan, conforme determina a Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e a Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura da planificação padrão contábil das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observa as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, de tal maneira que proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade ao item 63 da TG 26 (R5).

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Planos de Benefícios. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

1) Apuração do Resultado: As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimentos, bem como as variações patrimoniais são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

2) Ativo disponível: representado pelos valores de realização. Destina-se ao registro das disponibilidades existentes em caixa e bancos.

3) Ativo realizável: composto pelas seguintes gestões:

a) Gestão Previdencial: composta pelas contribuições do mês e pelos contratos firmados com a Patrocinadora Corsan. Representados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, diminuídos de provisão para perdas. E registra ainda os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

b) Gestão Administrativa: a gestão administrativa registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. Reconhece contabilmente os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo previsto na avaliação atuarial, outros direitos a receber e provisões da gestão administrativa.

A apuração da participação do plano de benefício no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- i. A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será proporcional à participação no Fluxo de Investimentos mensais do Plano de Benefício BD nº 001 da Funcorsan;
- ii. Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados ao Fundo Administrativo.
- iii. A totalidade das despesas comuns serão rateadas entre as Gestões Previdenciais e de Investimentos proporcionalmente, conforme o critério de rateio aprovado para o exercício, deduzidas as receitas administrativas. Será debitada/creditada no Fundo Administrativo, conforme o resultado mensal impactando o saldo registrado;
- iv. As despesas administrativas específicas da gestão administrativa serão integralmente deduzidas da participação do Fundo Administrativo;
- v. As despesas administrativas específicas da gestão de investimentos serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos.

c) Investimentos: composta pelas seguintes modalidades de investimentos:

I. Fundos de Investimentos: Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do Balanço, demonstrados pelo seu valor de mercado, diminuído de provisão para perdas conhecidas.

II. Investimentos Imobiliários: avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano, exceto para terrenos, e ajustados por reavaliações procedidas. Integram ainda os “Investimentos Imobiliários”, em conformidade com a legislação específica, os créditos decorrentes de vendas a prazo de imóveis da Funcorsan, registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e diminuídas das provisões para perdas na realização, até o valor de mercado para imóveis em discussão judicial, e pelos valores em inadimplência para os créditos que não se encontram em discussão judicial. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias em atraso, atendendo o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

III. Operações com participantes: registrados pelo valor principal acrescido dos encargos contratuais incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, e líquidos de provisão para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos que se encontram na justiça e parcelas vencidas em atraso.

IV. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto nos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, bem como avaliações da administração quanto ao risco de perda dos ativos. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

4) Ativo Permanente: registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais apresentadas a seguir:

Valores Expressos em R\$ Mil

Permanente	Taxa Anual Depreciação	Custo Inicial	Aquisições	Baixas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Final 2017	Saldo Final 2016
Instalações	10%	163	19	-	182	(115)	67	56
Móveis e Utensílios	10%	183	1	(2)	182	(149)	33	40
Máquinas e Equipamentos	10%	186	41	(2)	225	(119)	106	82
Computadores e Periféricos	20%	413	27	(37)	403	(320)	83	98
Software	20%	1.215	86	(1)	1.300	(925)	375	413
Total Imobilizado		2.160	174	(42)	2.292	(1.628)	664	689
Total Permanente		2.160	174	(42)	2.292	(1.628)	664	689

5) Passivo exigível operacional: representa as obrigações incorridas e contratadas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

- a) Provisão de férias, 13º salário e respectivos encargos:** As férias vencidas e proporcionais e o 13º salário são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.
- b) Outras exigibilidades:** Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação "Outros (as)", que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Valores Expressos em R\$ Mil

Gestão Previdencial - Exigível	2017	2016
Outras Exigibilidades	547	559
Transitória (Taxa Administrativa Previdenciária para o PGA)	547	559

Valores Expressos em R\$ Mil

Gestão Administrativa - Exigível	2017	2016
Outras Exigibilidades	45	1.148
Farmácia	-	1
Plano de Saúde/Assistência Médica e Ocupacional	42	48
INSS a recolher de terceiros	3	1
Ressarcimento Salário Ex-Diretores	-	1.098

Em 15 de outubro de 2015 o Plano de Gestão Administrativa da Funcorsan assumiu o instrumento particular de confissão e parcelamento de dívida, no qual a Entidade comprometeu-se a pagar em 24 parcelas, mensais e consecutivas à Patrocinadora Corsan a dívida originada de valores de atualização monetária incidentes sobre ressarcimento de despesas relativas a dirigentes cedidos pela credora (Patrocinadora Corsan) a devedora (Funcorsan) no período de maio de 2001 a fevereiro de 2010. Tal contrato foi firmado em atendimento a determinação contida no item 3.3 do Relatório de Fiscalização nº

019/14/ERRS/PREVIC, recebido em 11 de dezembro de 2014 pela Funcorsan, com fulcro no parágrafo único do artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001. Em setembro de 2017 a Funcorsan quitou o parcelamento contratado, cumprindo com o pagamento da referida dívida.

6) Exigível Contingencial: Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas relativas a questões de origem Previdencial, Administrativa e de Investimentos mantidas contra a Funcorsan, podendo vir a gerar ou não desembolso pela Entidade. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis dos processos.

7) Patrimônio de Cobertura do Plano: constituído com base em Nota Técnica Atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e o Equilíbrio Técnico, com base no Plano de Benefícios da Entidade.

8) Fundos: registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade nos Fundos Administrativos e de Investimentos.

9) Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA: Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na Gestão Previdencial e transferidos desta para a Gestão Administrativa para cobertura das despesas administrativas.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Valores Expressos em R\$ Mil		
ATIVO	2017	2016
Realizável - Gestão Previdencial	83.412	100.703
Contribuições do mês	6.821	7.279
Contribuições em atraso	14	40
Contribuições sobre o 13º salário	48	28
Contribuições contratadas com Patrocinadora	56.058	73.981
Outros realizáveis	54	10
Depósitos Judiciais	20.417	19.365

4.1. Contribuições em atraso

Registramos, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança da Patrocinadora Corsan, o equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, Encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº 315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de

Liquidação Duvidosa em setembro de 2016, conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual encontrasse em cobrança da dívida via judicial. O total do valor ajuizado encontra-se em 100% (cem por cento) provisionado.

4.2. Contribuições contratadas com a Patrocinadora

A composição dos saldos dos contratos é a que segue:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil					
	a - Ampliação Plano de Benefícios		b - Reservas a Amortizar		c - Cobertura Suplementar	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo no Inicial	4.473	7.286	69.508	78.985	30.041	42.189
Parcela do Período ¹	(3.454)	(3.643)	(19.644)	(18.963)	(12.812)	(6.753)
Atualização ²	240	830	4.935	9.486	11.709	(6.357)
Valores a receber ³	-	-	-	-	-	962
Saldo no Final	1.259	4.473	54.799	69.508	28.938	30.041

¹ Somas das parcelas recebidas no ano;

² Soma das correções monetárias no período;

³ Valores a receber no período seguinte.

As contribuições contratadas com a Patrocinadora Corsan, que estão sendo regularmente adimplidas, são a seguir compostas:

a) Instrumento Particular de Cobertura da Ampliação do Plano de Benefícios: contempla as contribuições a receber junto à Patrocinadora Corsan para ampliação do Plano de Benefícios, conforme Instrumento Particular firmado em 30 de novembro de 1998. A quitação está sendo efetuada em 232 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1998.

b) Instrumento Particular de Contratação da Reserva a Amortizar: firmado em 28 de dezembro de 2001, contempla o valor equivalente a Reserva a Amortizar de responsabilidade da Patrocinadora Corsan referente ao tempo de serviço passado daqueles empregados que aderiram inicialmente ao Plano de Benefícios da Funcorsan, sendo o valor contratado aquele registrado pela entidade em 31 de dezembro de 2001. A quitação está sendo efetuada em 228 prestações mensais, desde 5 de janeiro de 2002.

c) Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido nº 001 da Funcorsan: corresponde à necessidade de cobertura da parcela da Reserva de Benefícios Concedidos relativa à Cobertura Suplementar, a ser pago com base no correspondente Regulamento do Plano de Benefícios Definido da Funcorsan. A quitação será efetuada pelo prazo avaliado de 156 meses (13 anos). Esse contrato foi transferido para a Conta "Provisões Matemáticas a Constituir" atendendo a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Conforme previsão contratual, o saldo devedor foi corrigido em dezembro de 2017. Tal correção é decorrente da revisão da premissa de longevidade, em consequência das alterações de hipóteses de mortalidade geral e de inválidos, ocorridas no Plano de Benefícios BD nº 001 da

Funcorsan, deste a assinatura do contrato, firmado no final de 2005. Desta forma, o impacto calculado na posição 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$ 7.885 mil.

4.3. Garantias Contratuais

Os juros são calculados pela Tabela *Price* e o saldo devedor é atualizado pela variação média de diversos índices de preços (Índice Geral de Preços e Mercado – IGP-M, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e Índice de Preços ao Consumidor – IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE), exceto o instrumento particular de cobertura da ampliação do plano de benefícios, atualizado pela variação do INPC. Em garantia, para o cumprimento de todas as obrigações contratuais da Patrocinadora, foram oferecidos por essa os créditos decorrentes da cobrança das contas de água e esgoto e demais taxas de sua competência, em caução, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul. Adicionalmente, no caso da Novação de Dívida do Contrato da Reserva a Amortizar firmado em 2001 e a Contratação do Financiamento do acréscimo do Valor da Reserva de Benefícios Concedidos, decorrente da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido – BD nº 001, o recebimento das prestações está sendo efetuado mediante autorização da Patrocinadora Corsan, pelo próprio Banrisul. A eventual ausência de fundos na conta corrente da Patrocinadora Corsan implicará no vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a Funcorsan executar a totalidade da dívida, na medida em que o referido instrumento tem força de título executivo extrajudicial.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2017	2016
Realizável - Gestão Administrativa	784	927
Contas a receber	547	599
Despesas Antecipadas	49	80
Depósitos Judiciais / Recursais	188	248

Registra os recebíveis inerentes à gestão administrativa da Entidade, tais como os decorrentes da folha de pagamento de empregados, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências do Plano de Gestão Administrativa e a taxa de administração e carregamento, e demais direitos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas (previdencial, investimentos e diretas), pelo resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

5.1. Custeio administrativo

O percentual para o custeio administrativo é determinado pelo Conselho Deliberativo, com o efetivo acompanhamento realizado pelo atuário responsável pelo Plano através do Demonstrativo Atuarial, para cobertura das despesas administrativas da Entidade.

De acordo com a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, as fontes de custeio estão determinadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns são rateadas mediante critério definido pela atividade de cada gestão, no evento de aprovação do orçamento anual.

No exercício de 2017 o montante de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa foi de R\$ 11.057 mil (R\$ 11.153 mil em 2016). Este resultado apresentou uma Taxa de Carregamento de 3,94% (4,23% em 2016), realizando as despesas abaixo do limite legal, que corresponde ao percentual de 9%.

5.2. Resultado dos investimentos do PGA

No exercício de 2017, a Funcorsan elaborou a Política de Investimentos do PGA, onde alocou os recursos do Fundo Administrativo em 100% nos Fundos de Renda Fixa, em conjunto ao Plano BD nº 001, sendo vedada a aplicação nos segmentos de imóveis e empréstimos – na composição da carteira do PGA. As aplicações do PGA permaneceram em conjunto com as do Plano de Benefícios, sendo o controle de fechamento virtual, onde a distribuição da rentabilidade mensal para os Planos é realizada proporcionalmente ao Patrimônio do mês anterior.

No exercício de 2017 o resultado dos investimentos alcançou a receita de R\$ 475 mil (R\$ 832 mil em 2016) para o Programa de Gestão Administrativa.

6. REALIZÁVEL – APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da Entidade são estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, que consolida o Regulamento que disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

6.1. Rentabilidade Global

No ano de 2017, no que se refere ao desempenho dos investimentos, a Funcorsan atingiu o resultado em 11,45%, versus a Meta Atuarial de 7,80%. Já a rentabilidade global (inclui os investimentos e os contratos firmados com a Patrocinadora) atingiu o resultado de 11,01%, versus a Meta Atuarial de 7,80%.

O fluxo dos investimentos é calculado considerando as variações positivas e negativas sofridas pelos segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Investimento Estruturado, Imobiliário e Empréstimos ao longo do ano.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2017	2016
Fluxo de Investimentos	(147.743)	(171.748)
Rendas/Variações Positivas	(179.418)	(205.581)
Deduções/Variações Negativas	27.920	14.246
Contingências Judiciais	(190)	15.408
Despesas Administrativas	4.156	4.186
Fundos de Investimentos	(211)	(7)

A distribuição dos investimentos é a seguinte:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2017	2016
Companhias Fechadas	-	-
Debêntures Não Conversíveis	2.862	2.862
(-) Provisão para perdas	(2.862)	(2.862)
Fundos de Investimentos	1.366.766	1.234.343
Renda Fixa	1.091.629	959.425
Ações	86.976	45.508
Multimercado	183.763	224.749
Empresas Emergentes	4.398	4.661
Derivativos	-	-
Bolsa de Mercadoria & Futuros	2.277	2.277
(-) Provisão para perdas	(2.277)	(2.277)

6.2. Companhias Fechadas

Trata-se da aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV–Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A. Com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o provisionamento para perdas em 100% do ativo, o que motivou o ingresso de ação judicial de cobrança.

O processo nº 001/1.05.0181672-4 movido pela Funcorsan contra SDV Administradora de Shopping Center S/A e DHB Indústria e Comércio (cujo valor da causa atualizado é R\$ 8.631 mil e o prognóstico é de perda possível) encontra-se suspenso. A Funcorsan manifestou-se pelo prosseguimento do feito executivo, informando o desprovimento do Recurso Especial nº 1337954/RS interposto pelas devedoras, assim como acerca da revogação da suspensão processual determinada em razão da recuperação judicial.

Ainda, a Funcorsan, considerando que qualquer transação posterior à demanda executória envolvendo os bens da parte devedora anteriormente penhorados, não têm repercussão no feito, providenciou apresentação nos autos das matrículas (nº 54.727-Loja nº 16; nº 54.728-Loja nº 20; nº 54.729-Loja nº 24; nº 54.778-Loja nº 75; nº 73.041-Depósito; e nº 16.733-Terreno, todas inscritas no Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo/RS) dos imóveis anteriormente penhorados, com os devidos registros dos gravames, requereu a realização da avaliação dos imóveis, bem como posterior designação de praças para leilão. O processo aguarda cumprimento de carta precatória de avaliação dos imóveis penhorados (Precatória de Avaliação nº 019/1.17.0018760-8 Novo Hamburgo), no qual o oficial de justiça responsável certificou a impossibilidade de cumprimento. Assim que a Carta Precatória retornar à origem, a Funcorsan requererá a intimação da Cia Zaffari para que apresente as informações necessárias para avaliação dos bens, haja vista que a mesma é 3ª interessada nos autos de origem e possui condições de informar a numeração anterior das lojas antes da reforma.

O processo nº 001.1.05.0181038-6 movido pela SDV Administradora de Shopping Center S/A e DHB Indústria e Comércio contra a Funcorsan, (cujo valor da causa atualizado é R\$ 34.317 mil e o prognóstico é de perda possível) está em fase recursal. Entretanto, a única discussão pendente é a verba honorária fixada na sentença (5% sobre o valor dos débitos).

6.3. Fundos de Investimentos

Em dezembro de 2017, a carteira dos Fundos de Investimentos da Funcorsan é composta da seguinte maneira: um Fundo de Renda Fixa, dois Fundos Multimercados, cinco Fundos de Renda Variável e quatro Fundos de Investimento Estruturado.

6.2.1 Renda Fixa: O Fundo de Investimento em Renda Fixa representa aproximadamente 74,20% do Fundo Garantidor da Entidade. O fundo é composto em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional de séries B e C, grande parte precificada como ativos de característica “mantidos até o vencimento” (Curva), de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, pressupondo a manutenção em carteira até o vencimento final dos títulos. A manutenção destes títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da Funcorsan de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

6.2.2 Multimercado: Os Fundos de Investimento em Multimercado - Fundo Safra Piratini e Fundo Taquari - são fundos exclusivos que possuem em sua carteira tanto ativo de renda fixa, quanto ativos de renda variável, podendo adotar a melhor estratégia de acordo com o cenário econômico. Os investimentos neste segmento representam cerca de 9,04% do Fundo Garantidor.

6.2.3 Renda Variável: Os Fundos de Investimento em Renda Variável - Fundos Bahia AM *Valuation* FIC FIA, JGP *Long Only* Institucional FIA, Oceana *Selection* FIA, Oceana Valor FIC FIA e Ibiuna *Equities 30* FIC FIA - são fundos não-exclusivos, compostos por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de

Companhias Abertas, que visam a diversificação da estratégia de investimento da Funcorsan. Representam cerca de 5,91% do Fundo Garantidor.

6.2.4 Investimento Estruturado: os Fundos classificados como Multimercados Estruturados representam 3,45% do Fundo Garantidor da Entidade, sendo os recursos aplicados nos fundos Bahia AM Marau FIC FIM, Adam *Macro Strategy II* FIC FIM, SPX *Nimitz* Estruturado FIC FIM. Também está classificado neste segmento de Estruturados, o Fundo de participação em empresas Emergentes – FIP, representando 0,30% do Fundo Garantidor da Entidade.

6.4. Derivativos

O referido ativo refere-se ao processo de execução da Nota Promissória no valor de R\$ 2.277 mil (Nota Promissória vencida em 26 de novembro de 2001) contra *Confidelitty Asset Management Ltda*, os quais foram opostos embargos à execução por parte da Massa Falida, ocasionando, naquela oportunidade, o provisionamento em 100%. O processo já se encontra no final da fase de conhecimento. Os embargos à execução opostos pela parte contrária foram sentenciados improcedentes. No entanto, em sede de recurso de apelação, a devedora reverteu a decisão de 1ª instância, tendo, os embargos à execução, sido julgados procedentes para extinguir a execução. Em sede de recursos especiais, interpostos por ambas às partes, tendo a Funcorsan recorrido a restaurar a eficácia da Nota Promissória e, a parte adversa, postulado majoração de honorários advocatícios, houve negativo juízo provisório de admissibilidade. Interpostos agravos em recursos especiais pelas partes, restou desprovido o recurso da Funcorsan e provido o da parte adversa para fixar honorários advocatícios de R\$ 50 mil; decisão que foi objeto de agravo interno pela Massa Falida, recurso que foi devidamente impugnado pela Entidade e se encontra concluso com o Ministro Relator para julgamento. Nas circunstâncias, a mencionada nota promissória não pode mais ser considerada como Ativo da Entidade.

6.5. Ativos Por Vencimento

Em dezembro de 2017, a carteira de ativos por vencimento da Funcorsan é composta por: um Fundo de Renda Fixa, dois Fundos Multimercados, cotas de quatro Fundos de Renda Variável e cotas de um Fundo de Investimento em Empresas Emergentes. A seguir, apresentamos o detalhamento dos ativos que compõem a Carteira da Funcorsan:

Valores Expressos em R\$ Mil

Modalidade	Mercado 2017	Mercado 2016
1) Renda Fixa	<u>1.224.675</u>	<u>1.167.832</u>
a) Aplicações em instituições financeiras:	<u>1.224.675</u>	<u>1.167.832</u>
Fundos de Investimentos - Abertos ou Exclusivos	<u>1.224.675</u>	<u>1.167.832</u>
Sem prazo	<u>102.330</u>	<u>78.690</u>
Operações compromissadas – Adelic	102.330	78.690
Fundos de Investimentos – Aberto	-	-
Até 30 dias	<u>19</u>	<u>(428)</u>
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-
Opções	0	7
Letras Financeiras	-	-
Debêntures	-	-
Contas a pagar / Receber / Tesouraria	19	(435)
De 31 a 90 dias	<u>-</u>	<u>11</u>
Opções	-	11
Debêntures	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-
Letras Financeiras	-	-
Acima de 90 dias	<u>1.122.326</u>	<u>1.089.559</u>
Letras Financeiras	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	10.229	96.520
Letras Tesouro Nacional – LTN	54.818	-
Opções	-	(28)
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	6.989	6.958
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.050.290	983.684
Debêntures	-	2.425
Letras Financeiras	-	-
DPGE	-	-
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	-
2) Renda Variável	<u>86.976</u>	<u>61.850</u>
a) Mercado à Vista	<u>86.976</u>	<u>61.850</u>
Fundos de Investimentos Abertos/Exclusivos	86.976	45.508
Fundos de Investimentos Exclusivos	-	16.342
3) Investimentos Estruturados	<u>55.115</u>	<u>4.661</u>
a) Fundos de Investimentos	<u>55.115</u>	<u>4.661</u>
Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes	55.115	4.661
Total dos Fundos de Investimentos	<u>1.366.766</u>	<u>1.234.343</u>

Relativa à Renda Variável, a maior parte dos investimentos está alocada nos seguintes setores: bancos, exploração e/ou refino, serviços financeiros, energia elétrica e minerais metálicos.

Modalidade	Mercado 2017	Mercado 2016
RENDA VARIÁVEL - Total	86.976	61.850
Ação		
AES TIETE E UNT N2	350	-
ALLIAR ON NM	134	162
AMBEV S/A ON	984	756
ANIMA ON NM	1300	79
AZUL PN N2	591	-
B2W DIGITAL ON NM	552	72
BANRISUL PNB N1	1246	21
BBSEGURIDADE ON NM	1722	1113
BK BRASIL ON NM	175	-
BMFBOVESPA ON NM	3107	2828
BR BROKERS ON NM	53	-
BR MALLS PAR ON NM	451	1047
BRADESCO ON	154	286
BRADESCO PN N1	8240	6254
BRADESPAR PN N1	1094	481
BRASIL ON NM	4221	1248
BRASKEM PNA N1	-	120
BRF SA ON NM	2390	1214
CAIXA / DISPONIBILIDADES	6.373	4.617
CAMIL ON NM	723	-
CARREFOUR BR ON NM	134	-
CCR S/A ON	528	24
CEMIG PN N1	90	-
CESP PNB	-	271
CETIP S.A. -	-	1493
CIA HERING ON NM	484	-
CIELO ON NM	333	1346
COMGAS PNA	-	377
COPASA ON NM	1645	82
COSAN ON NM	1189	639
CPFL ENERGIA ON NM	-	278
CVC BRASIL ON NM	438	310
CYRELA REALT ON NM	801	72
DIRECIONAL ON NM	89	-
DURATEX ON NM	2	624
ELETROBRAS ON N1	659	523
ELETROBRAS PNB N1	602	58
EMBRAER ON NM	590	535
ENERGISA UNT N2	1119	-
EQUATORIAL ON NM	3269	2655
ESTACIO PART ON NM	526	90
EUCATEX PN N1	48	-
EVEN ON NM	211	108
FIBRIA ON NM	455	502
FLEURY ON NM	501	47
GERDAU MET PN N1	1226	432
GERDAU PN	1612	1234
GOL PN N2	539	-
HYPERMARCAS ON NM	1332	276
IGUATEMI ON NM	426	326
IHPARDINI ON NM	315	-
IOCHP-MAXION	174	-
ISHARES BOVA CI	531	-
ITAUSA PN N1	2.782	1.863

Continuação...	Valores Expressos em R\$ Mil	
Modalidade	Mercado 2017	Mercado 2016
RENDA VARIÁVEL - subtotal	30.466	27.387
Ação		
ITAUNIBANCO ON N1	210	221
ITAUNIBANCO PN N1	1971	4881
JBS ON NM	298	291
KLABIN S/A UNT N2	-	821
KROTON ON NM	-	1253
LIGHT S/A ON NM	961	529
LINX ON NM	387	93
LOCALIZA ON NM	99	210
LOJAS AMERICANAS ON	48	-
LOJAS AMERICPN	1662	118
LOJAS RENNER ON NM	-	627
M.DIASBRANCO ON NM	184	105
MAGAZ LUIZA ON NM	930	-
METAL LEVE ON NM	47	-
MRV ON	353	140
MULTIPLAN ON N2	1006	142
OI ON N1	28	-
OMEGA GER ON NM	560	-
P.ACUCAR-CBD PN N1	1645	420
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A ON NM	427	-
PETROBRAS ON	1150	1412
PETROBRAS PN	4693	4619
QGEP PART ON NM	-	60
QUALICORP ON NM	75	219
RAIA DROGASIL SA	-	1893
RANDON PART PN N1	-	47
RUMO ON	-	142
RUMO S.A. ON NM	629	-
SABESP ON NM	490	1142
SANEPAR PN	-	1084
SANEPAR UNIT N2	322	-
SANTANDER BR UNT N2	-	165
SANTOS BRP ON NM	149	105
SAO MARTINHO ON NM	981	231
SER EDUCA ON NM	2590	-
SID NACIONAL ON	-	63
SMILE ON	-	106
SMILES ON NM	761	-
SUZANO PAPEL ON NM	704	-
TAESA UNT N2	233	241
TECHNOS ON NM	-	26
TELEF BRASIL PN	345	1637
TENDA ON	812	-
TIM PART S/A ON NM	123	-
TRAN PAULIST PN N1	1302	411
TUPY ON NM	92	-
ULTRAPAR ON NM	741	722
USIMINAS PNA N1	485	159
VALE ON N1	1835	394
VALE PNA N1	-	2658
VIAVAREJO UNT N2	553	-
VULCABRAS ON NM	51	-
WIZ S.A. ON NM	534	-

7. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos em imóveis da Funcorsan:

	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2017	2016
Investimentos Imobiliários	77.362	73.868
Terrenos	3.075	3.013
Aluguéis e Renda uso próprio	5.689	3.120
Aluguéis e Renda locados a patrocinador	1.882	1.668
Aluguéis e Renda locados a terceiros	66.683	65.984
Direitos em Alienações de Investimentos	33	83

7.1. Terrenos

O valor reconhecido refere-se à retomada judicial de três terrenos situados a Rua Francisco Petuco, ocorrido em dezembro de 2008, finalizando o contrato alienado em julho de 1998. Obtivemos a posse dos imóveis, mediante homologação judicial em 07 de novembro de 2012.

7.2. Reavaliação de imóveis

Os imóveis devem ser reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19, letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e item 21 da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas – Variações Positivas” ou “Deduções – Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Demonstramos, no quadro a seguir, as reavaliações reconhecidas no exercício de 2017:

Valores Expressos em R\$ Mil						
LOCADOS A PATROCINADORA						
Descrição	Status ocupação	Custo Maio/17	Reavaliação junho/2017	Variação	Valor contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Albion, 1201 - lote 24,25 e 26	Locado	822	1.062	240	758	Sociedade Gaúcha de Avaliações

Valores Expressos em R\$ Mil						
LOCADOS A TERCEIROS						
Descrição	Status ocupação	Custo dezembro/2016	Reavaliação janeiro/2017	Variação	Valor contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Praça XV de novembro, 60 Conj. 709	Locado	167	168	1	166	Conenge

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A TERCEIROS						
Descrição	Status ocupação	Custo maio/2017	Reavaliação junho/2017	Varição	Valor contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Cristóvão Colombo, 1636 conj. 502 box 12	Desocupado	209	269	60	268	Apercon
Marina S. Castello, 54 Apto 114 box 68	Desocupado	225	260	35	258	Conenge

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A TERCEIROS						
Descrição	Status ocupação	Custo junho/2017	Reavaliação julho/2017	Varição	Valor contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Carlos Gomes, 466 conj.402	Desocupado	2.371	2.435	64	2.425	Conenge
Carlos Gomes, 466 conj. 401	Desocupado	2.342	2.397	55	2.388	Conenge
Annes Dias, 112 conj. 41	Desocupado	136	137	1	136	Conenge
Dona Laura, 320 conj. 801	Desocupado	2.608	2.692	84	2.683	Conenge

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A TERCEIROS						
Descrição	Status Ocupação	Custo julho/17	Reavaliação em agosto/17	Varição	Valor Contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Carlos Gomes, 466/502	Locado	2.532	2.569	37	2.562	Conenge
Carlos Gomes, 466/701	Locado	2.418	2.758	340	2.751	Conenge
Carlos Gomes, 466/702	Locado	2.530	2.595	65	2.588	Conenge
Carlos Gomes, 466/801	Locado	2.503	2.681	178	2.674	Conenge
Carlos Gomes, 466/802	Locado	2.587	2.690	103	2.683	Conenge
Carlos Gomes, 466/100	Locado	2.570	2.760	190	2.690	Conenge
Carlos Gomes, 466/1002	Locado	2.617	2.789	172	2.788	Conenge
Carlos Gomes, 466/1101	Locado	2.537	2.760	223	2.754	Conenge
Carlos Gomes, 466/1102	Locado	2.704	2.789	85	2.783	Conenge
Dona Laura, 320/601	Desocupado	2.752	2.748	(4)	2.742	Conenge

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A TERCEIROS						
Descrição	Status Ocupação	Custo agosto/17	Reavaliação em setembro/17	Varição	Valor Contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Dona Laura, 320/1001	Desocupado	2.826	2.984	158	2.980	Conenge
Dona Laura, 320/1201	Desocupado	2.690	2.998	308	2.994	Conenge
Carlos Gomes, 466/1201	Desocupado	3.899	3.905	6	3.900	Conenge
Carlos Gomes, 466/1202	Desocupado	3.908	3.925	17	3.920	Conenge
Carlos Gomes, 466/501	Locado	2.331	2.367	36	2.364	Conenge

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A TERCEIROS						
Descrição	Status Ocupação	Custo novembro/17	Reavaliação em dezembro/17	Varição	Valor Contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Dona Laura, 320/401 e boxes	Locado	2.454	3.261	807	3.257	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Rua Riachuelo, 1038 conj. 1301	Desocupado	297	338	41	337	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Rua Riachuelo, 1038 conj. 1302	Desocupado	262	282	20	281	Sociedade Gaúcha de Avaliações

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS PARA USO PRÓPRIO						
Descrição	Status Ocupação	Custo novembro/17	Reavaliação em dezembro/17	Variação	Valor Contábil dezembro/2017	Empresa Reavaliação
Garagem Coliseu - Box 814	Locado	24	39	15	38	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Garagem Coliseu - Box 912	Locado	23	39	16	39	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Edifício Juliano conj. 201	Locado	645	1.451	806	1.449	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Edifício Juliano conj. 301	Locado	579	1.042	463	1.041	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Edifício Juliano conj. 401	Locado	588	1.042	454	1.041	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Edifício Juliano conj. 501	Locado	598	1.042	444	1.041	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Edifício Juliano conj. 601	Locado	607	1.042	435	1.041	Sociedade Gaúcha de Avaliações

7.3. Aluguéis e Renda de Uso próprio

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados para uso próprio. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, atualizados através de reavaliações periódicas, e/ou na ocorrência de propostas de compra. Esses imóveis são rentabilizados através de aluguel pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme orientações da legislação aplicável em vigor. No exercício de 2017, o aluguel foi corrigido conforme critério alinhado ao mercado imobiliário com previsões anuais de correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Valores Expressos em R\$ Mil

Receita Média - Locados p/Usos próprios				
Situação	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	7	270	7	253
Desocupado	0	-	0	-
Total	7	270	7	253

7.4. Aluguéis e Renda para Locados a Patrocinadora

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para a Patrocinadora. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante às normas aplicáveis. No exercício de 2017 os valores dos aluguéis foram corrigidos no mês de dezembro. O aluguel do imóvel de Viamão corresponde atualmente a R\$ 9 mil e, o de Alvorada, R\$ 8 mil. Para apuração destes valores, foram considerados os critérios alinhados ao mercado imobiliário e, também, decorrentes de reavaliações realizadas nos imóveis.

Valores Expressos em R\$ Mil

Receita Média - Locados p/Patrocinadora				
Situação	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	2	136	2	129
Desocupado	0	-	0	-
Total	2	136	2	129

7.5. Aluguéis e Renda para Locados a Terceiros

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para terceiros. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante normas aplicáveis ou, no caso dos imóveis retomados, quando da efetivação do distrato com os compradores. No exercício de 2017, realizamos negociações com os locatários, resultando na manutenção das locações e o saldo positivo, apesar da desocupação de um imóvel no exercício de 2017.

Em 31 de agosto de 2017 foi registrado contabilmente a retomada dos imóveis sites à Rua Marina Sirangelo Castelo nº 054/427 no valor de R\$ 215 mil, bem como o box 133, no valor de R\$ 43 mil, conforme avaliação mercadológica realizadas na retomada do imóvel, estando esses imóveis desocupados até 31 de dezembro de 2017.

Valores Expressos em R\$ Mil

Receita Média - Locados para Terceiros				
Situação	2017		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	18	4.938	22	4.490
Desocupado	13	-	8	-
Total	31	4.938	30	4.490

* No Balanço 2016 a quantidade de imóveis era apresentada por contrato de locação, no balanço 2017 consideramos cada imóvel individualmente.

7.6. Direitos em Alienações de Investimentos

Correspondem às parcelas a receber relativas à venda de imóveis. Os contratos possuem prazos e condições variadas. Incidem sobre esses créditos a atualização monetária, conforme os índices de preços e juros remuneratórios, calculados com base em taxas reais anuais. Parte dos imóveis alienados encontra-se em discussão judicial, os quais ocasionam provisões. A composição da carteira de alienados em 31 de dezembro dos exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

Valores Expressos em R\$ Mil		
Descrição	2017	2016
Direitos em Alienações de Investimentos	33	83
Contratos em processo judicial	15.265	14.089
Depósitos Judiciais	-	-
(-) Provisão para perdas imóveis alienados	(15.265)	(14.089)
Valores a receber	33	83

A variação evidenciada nas provisões de 2017 corresponde à atualização dos controles da carteira de imóveis quanto aos provisionamentos de juros e correção monetária dos contratos em inadimplência.

7.6.1. Valores a receber

A conta “Valores a Receber”, é composta pelas pedras do Mineral Berilo, variedade Esmeralda. Conforme consulta ao órgão regulador Previc, o qual orientou a Funcorsan através do Ofício nº 5.461/2011/CGMC/DIACE/PREVIC ao processo de registro do Mineral Berilo, variedade Esmeralda – Ativo, recebido em 28 de junho de 2007, através do termo de entrega do processo nº 001/1.05.0083382-0 pela execução de sentença. A Funcorsan realizou a avaliação através da empresa Sul Pedras, que apresentou o laudo em 17 de janeiro de 2012 no valor de R\$ 83 mil.

A Funcorsan busca compradores para o referido ativo, para seu enquadramento, conforme elenco de aplicações dos recursos do plano de benefícios permitidos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações. Em 26 de maio de 2017 a empresa Irmãos Pulla Avaliação de Joias Ltda., emitiu o laudo de avaliação, o qual totaliza o valor dos dois lotes em R\$ 33 mil, que foi reconhecido na contabilidade no mês de julho de 2017.

8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

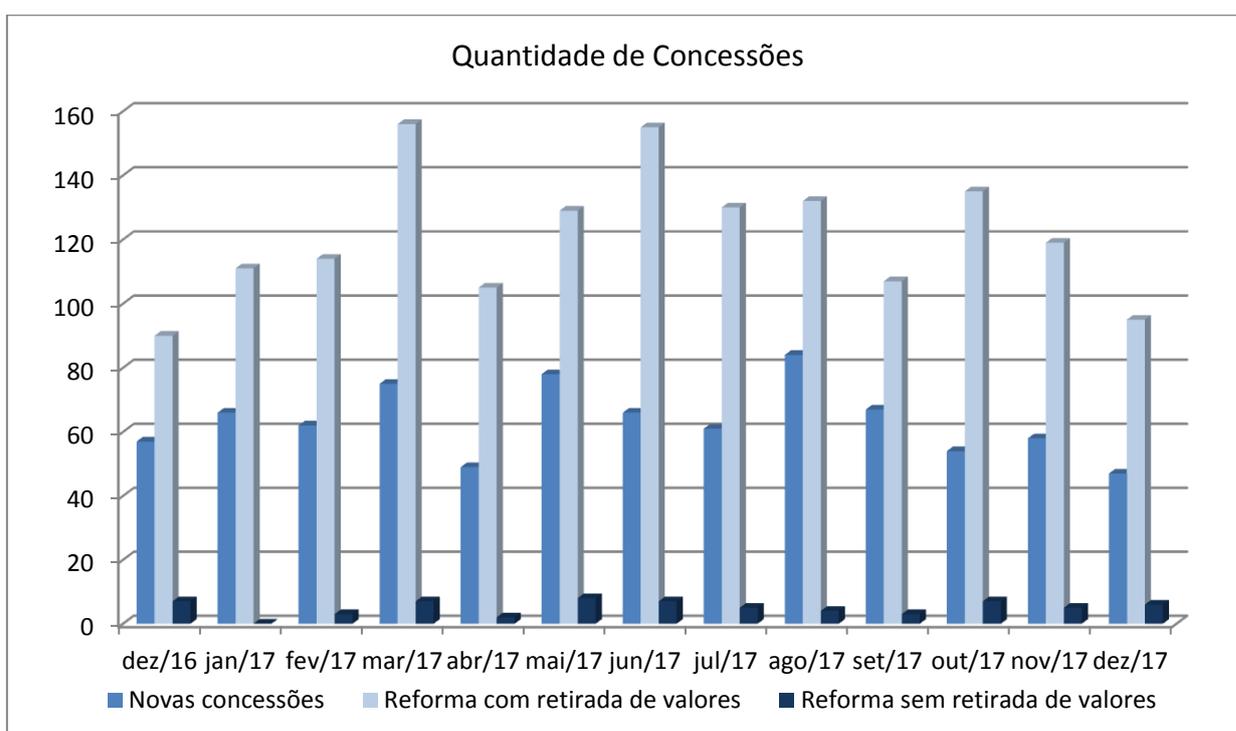
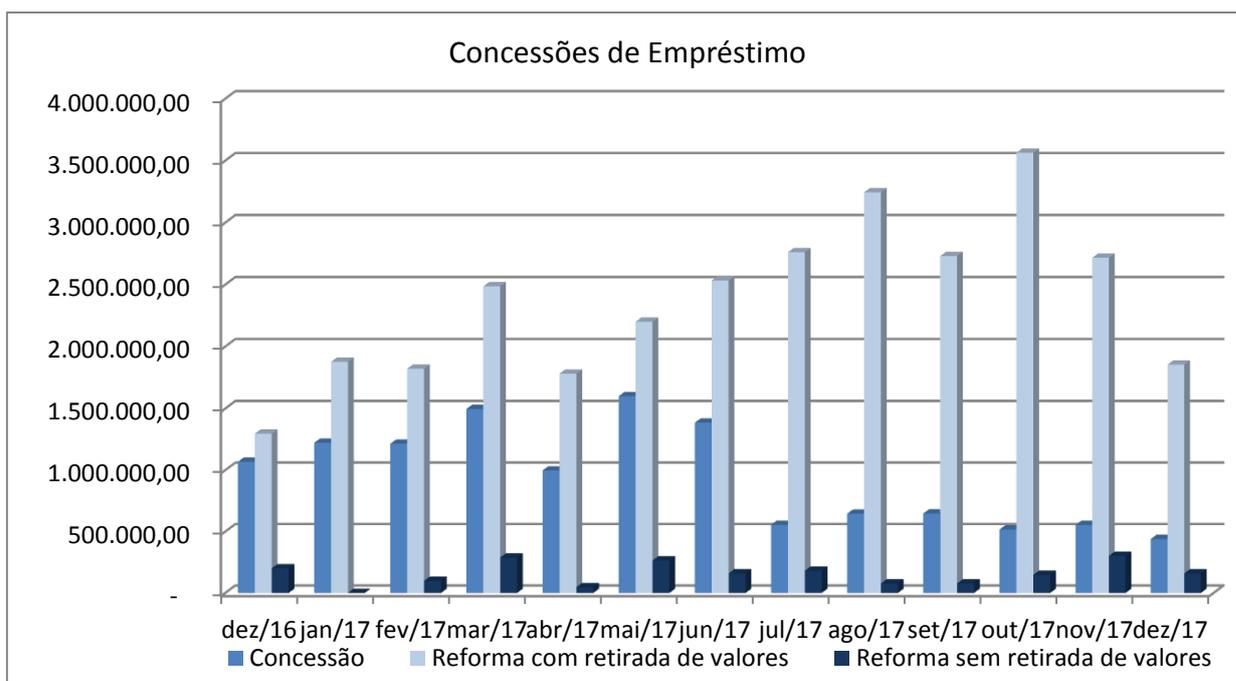
Os empréstimos a participantes são registrados de acordo com os contratos. Os juros e correções são reconhecidos pela competência. Os valores provisionados referem-se aos contratos que estão em cobrança judicial e prestações em atraso.

Valores Expressos em R\$ Mil		
Descrição	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	43.093	41.949
Empréstimos a receber	43.334	44.690
Inadimplência	560	499
(-) Provisão Devedores Judiciais *	(1.546)	(1.528)
(-) Provisão perdas de Empréstimos a participantes **	(1.255)	(1.712)

*Corresponde aos contratos sob cobrança judicial.

**Corresponde à observância aos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 pertinentes ao provisionamento das parcelas vencidas e vincendas.

A variação evidenciada nas provisões de 2017 corresponde à atualização dos controles da carteira de Empréstimo. Durante todo o ano de 2017, a modalidade “Reforma com retirada de valores” foi a mais concedida nas operações de empréstimo realizadas, seguido por “Novas concessões” e “Reforma sem retirada de valores”. Assim acompanhamos:



9. INVESTIMENTOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Registra os depósitos Judiciais/Recursais relativos às contingências dos investimentos. No exercício de 2017 efetuamos a reclassificação dos valores de depósitos judiciais para adequação a norma vigente.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2017	2016
Depósitos Judiciais/Recurrais	97	163
Depósitos Judiciais/Recurrais – Imóveis	64	130
Depósitos Judiciais/Recurrais – Empréstimos	33	33

10. CONTINGÊNCIAS

10.1. Passivo Contingencial

O Passivo Contingencial é demonstrado segundo rege a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 – Item 30 e em conformidade à norma contábil NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os Passivos Contingentes são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Assim, a Funcorsan contingencia conforme as probabilidades de perda identificadas:

Provável	Possível	Remota
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

As provisões com a classificação de risco de perda “provável” reconheceram os seguintes montantes:

Valores Expressos em R\$ Mil

Área de Atuação	Objeto da Ação	2017		2016	
		R\$	Quant.	R\$	Quant.
Direito Cível	Benefícios	6.985	27	5.543	25
Direito do Trabalho	Benefícios	17.413	243	17.490	261
Total Gestão Previdencial		24.398	270	23.033	286
Direito Cível	Investimentos	15.863	1	16.004	1
Direito Cível	Imóveis Alienados	64	1	205	2
Direito Cível	Empréstimos	77	6	51	3
Total Investimentos		16.004	8	16.260	6
Direito do Trabalho	Reclamatória	440	4	527	5
Total Gestão Administrativa		440	4	527	5
Total Exigível Contingencial		40.842	282	39.820	297

10.2. Processos Judiciais – Perdas Possíveis

De natureza cível, trabalhistas e relacionadas ao Plano de Benefícios. Existem diversos processos trabalhistas e relacionados ao Plano nos quais a Funcorsan é parte no polo passivo, para os quais os assessores jurídicos classificam como provável. Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, e considera os desembolsos incorridos de depósitos judiciais dos processos com classificação de provável perda. Existem ainda processos na esfera cível, vinculados a transações imobiliárias, para os quais a administração da Entidade não mantém expectativa de perdas adicionais àquelas já reconhecidas através das provisões constituídas, conforme legislação vigente. Existem no sistema de controle da área jurídica 281 processos judiciais totalizando o montante de R\$ 59.784 mil (R\$ 45.680 mil em 2016) com a classificação de risco de perda “possível”, os quais apresentamos classificados por objeto:

Demonstrativo de Quantitativo de Processos Judiciais - Perdas Possíveis				
Natureza	Objeto principal	2017	2016	
Direito Civil/Trabalho	Benefícios	177	179	
Direito Cível	Administrativo	1	1	
Direito Cível	Execução Fiscal	1	1	
Direito Cível	Investimentos / Imóveis Alienados	14	21	
Direito Cível	Investimentos	5	7	
Direito do Trabalho	Reclamatórias Trabalhistas	-	1	
Direito Cível	Investimentos/ Revisional	54	20	
Direito Cível	Investimentos / Cobrança	29	28	
TOTAL		281	258	

10.3. Ativo Contingencial

A Funcorsan é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) em face do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e da União Federal, que

objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), ao invés do BTN (Bônus do Tesouro Nacional), correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução), à luz da Resolução CFC nº 1.180/2009, em que a Entidade deve apenas mencionar a existência de um ativo contingente quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

11.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas sobre as bases atuariais do mês de outubro de 2017, calculadas com referência em dezembro de 2017. As informações foram apuradas pela empresa Mercer Gama - Consultores Associados, responsável pelo plano atuarial praticado pela Entidade e documentadas no DA - Demonstrativo Atuarial. As Provisões Matemáticas são compostas da seguinte forma:

a) Benefícios concedidos

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização:** O valor atual dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, conforme o Plano de Benefício Definido.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** Refere-se a Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** Refere-se a benefícios cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

b) Benefícios a conceder

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado:** Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade; cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

c) (-) Provisões Matemáticas a Constituir

Conforme Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, no exercício de 2010 os contratos com as patrocinadoras que possuíam cláusulas contratuais de reajuste atuarial, foram transferidos para o passivo. A Funcorsan realizou a transferência do contrato de Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefícios Definido nº 001.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das Provisões Matemáticas, é composto da seguinte forma:

	Valores Expressos em R\$ Mil	
Descrição	2017	2016
Provisões Matemáticas	<u>1.674.757</u>	<u>1.548.598</u>
Benefícios concedidos	<u>1.315.182</u>	<u>1.168.050</u>
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização	1.315.182	1.168.050
• Valor atual dos benefícios futuros programados	1.016.335	885.176
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	298.847	282.875
Benefícios a conceder	<u>683.766</u>	<u>721.390</u>
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização programado	<u>641.254</u>	<u>677.313</u>
• Valor atual dos benefícios futuros programados	881.465	939.332
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(115.999)	(127.079)
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(124.212)	(134.941)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	<u>42.512</u>	<u>44.077</u>
• Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	67.038	71.496
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(12.263)	(13.709)
• (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(12.263)	(13.709)
(-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(324.191)</u>	<u>(340.842)</u>
Déficit Equacionado	<u>(295.252)</u>	<u>(314.797)</u>
• (-) Patrocinadores (a)	(143.119)	(152.409)
• (-) Participantes (b)	(143.037)	(152.409)
• (-) Assistidos	(9.096)	(9.979)
Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	<u>(28.939)</u>	<u>(26.045)</u>
• (-) Patrocinadores (a)	(28.939)	(26.045)

Observação: a classificação de valores nas provisões matemáticas são conforme critério do Atuário Responsável pelo plano (GAMA-MERCER - Consultores Associados).

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Demonstra o resultado acumulado obtido pelo Plano de Benefício. A rubrica Equilíbrio Técnico apresenta os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado e a Reserva Especial para Revisão de Plano.

No encerramento do exercício de 2017 o Plano BD nº 001 apresenta o Déficit Técnico de R\$ 151.364 mil, representando 9,04% em referência as Provisões Matemáticas Constituídas, sem considerar equilíbrio técnico ajustado pela precificação dos Ativos.

	Valores Expressos em R\$ Mil		
Formação do Resultado do Exercício	2017	2016	Variação %
Saldo Anterior Superávit/Déficit Acumulado (a)	<u>(144.725)</u>	<u>(121.671)</u>	<u>18,95%</u>
Contribuições Patrocinadora e Participantes	131.303	132.763	(1,10)
Reajustes dos Contratos c/Patrocinadora	5.174	10.316	(49,84)
Resultado dos Investimentos	147.268	170.917	(13,84)
Despesas Previdenciais	(151.998)	(136.503)	11,35
Provisão/Reversão de Contribuições	(2.368)	(37.867)	(93,75)
Contingência Previdencial	(2.960)	(9.406)	(68,52)
Provisões Matemáticas	(126.158)	(146.309)	(13,77)
Custeio Previdencial - Cobertura de Despesas Administrativas	(6.900)	(6.966)	(0,94)
Total da Variação no Exercício (b)	<u>(6.639)</u>	<u>(23.054)</u>	<u>(71,20)</u>
Saldo Superávit/Déficit Acumulado (a + b)	<u>(151.364)</u>	<u>(144.725)</u>	<u>4,59%</u>

Na demonstração acima a “Provisão/Reversão de Contribuições” o montante observado no exercício de 2017, refere-se à realização de devoluções de “joia extraordinária”, conforme determinação da PREVIC para cessação e a devolução da referida contribuição cobrada pela Funcorsan, conforme o ofício nº 46/2017/ERRS/DIFIS/PREVIC, e acolhida pelo Conselho Deliberativo conforme Ata nº 589/2017 de 11 de maio de 2017.

13. FUNDOS

Os Fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Funcorsan:

- a) **Fundo Administrativo** – é formado pelo resultado entre valores recebidos para o custeio administrativo da Funcorsan, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O resultado do Fundo Administrativo reconheceu o montante de R\$ 197 mil. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ mil 4.437 (R\$ 4.240 mil em 2016).
- b) **Fundo dos Investimentos** – é formado pela taxa de quitação por morte sobre os empréstimos concedidos pela Funcorsan, destinado a quitação de saldo devedor de empréstimo pela eventualidade de falecimento do participante. No exercício de 2017 a entidade reconheceu o resultado de R\$ 212 mil de utilização do Fundo. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 332 mil (R\$ 544 mil em 2016).

14. IMPACTO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL NO RESULTADO

a) Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2017

A taxa de juros de 5,61% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 25 de dezembro de 2015.

De acordo com metodologia constante nos referidos normativos a “duração” do passivo do Plano de Benefícios BD nº 001 resultou em 13,66 anos, com uma taxa parâmetro mínima de 4,37% ao ano e máxima de 6,64% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuição e de pagamento de benefícios, em entendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequentemente a adoção da taxa de juros 5,61% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro de 2017.

b) Impactos Apurados na Avaliação Atuarial

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2017, ocorreram alterações em premissas que vinham sendo utilizadas nas Avaliações Atuariais dos exercícios anteriores.

Diante disso, apresentamos quadro que sintetiza o impacto da Avaliação Atuarial nas Provisões Matemáticas do Plano da Funcorsan:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Matemáticas	<u>1.674.757</u>	<u>1.548.598</u>	<u>8,15%</u>
Benefícios concedidos	1.315.182	1.168.050	12,60%
Benefícios a conceder	683.766	721.390	-5,22%
(-) Provisões matemáticas a constituir	(324.191)	(340.842)	-4,89%
Equilíbrio Técnico - Déficit Acumulado	(151.364)	(144.725)	4,59%

As variações das Provisões Matemáticas em 2017 culminaram na elevação de 8,15% das provisões totais do Plano, comparativamente ao exercício de 2016, decorrente das seguintes causas, conforme transcrição observada Avaliação Atuarial de 2017 – Parecer Mercer nº 058/18:

- a. As variações das Provisões Matemáticas culminaram na elevação de 8,15% das Provisões Matemáticas totais do Plano, comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016.
- b. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1.315.182 mil, representando um aumento de 12,60% comparativamente ao montante de R\$1.168.050 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016. Conforme Relatório Mercer 123 – RE 034/18, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, atualizações cadastrais na composição familiar real, pelo incremento de 12 benefícios judiciais e pelo efeito da alteração das premissas de mortalidade geral e fator de capacidade.
- c. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 683.766 mil, representando um decréscimo de 5,22% comparativamente ao montante de R\$ 721.390 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016. O decréscimo nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivado pelas concessões de benefícios, bem como pelas alterações das premissas de crescimento real dos salários e de composição familiar de ativos, decréscimo que foi atenuado pela alteração das premissas de mortalidade geral e fator de capacidade.

- d. As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 324.191 mil, representando uma variação negativa de 4,89% comparativamente ao montante de R\$ 340.842 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir é decorrente do pagamento das parcelas durante o exercício de 2017, que superaram a atualização pela taxa de juros e inflação do período.
- e. O déficit técnico do Plano aumentou 4,59%, passando de R\$ 144.725 mil em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 151.364 mil, em 31 de dezembro de 2017, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 6.639 mil.
- f. A mudança da hipótese de Fator de Capacidade gerou um aumento na ordem de R\$ 4.186 mil nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos. Já a alteração da hipótese de Mortalidade Geral, por sua vez, gerou um aumento de R\$ 60.246 mil nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos.
- g. A alteração da hipótese de Composição Familiar acarretou uma redução de R\$ 1.089 mil nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, enquanto a alteração da hipótese de Crescimento Real dos Salários acarretou uma redução de R\$ 18.366 mil nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.
- h. Adicionalmente, o aumento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder é justificado pelo ajuste de experiência do Plano, sendo, R\$ 25.915 mil atribuídos à data da avaliação, ou seja, a correção da reserva e experiência em decorrência das premissas é R\$ 38.616 mil devido às alterações cadastrais e movimentações ocorridas, sendo R\$ 15.566 mil referente às adesões ocorridas durante o exercício de 2017.
- i. Além das variações apresentadas anteriormente observamos que as Provisões Matemáticas a constituir reduziram R\$ 16.650 mil, contribuindo para a elevação das Provisões Matemáticas Totais.
- j. A rentabilidade do Plano auferida no exercício de 2017 foi de 11,01%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais de 5,61% a.a. acrescida do índice do Plano, foi de 7,80%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 2,98%.

15. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS – APURAÇÃO DE RESULTADOS E SOLVÊNCIA

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014, Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, e Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

A Funcorsan efetuou o procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, a partir do encerramento do exercício de 2017, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,61%), e o valor contábil desses títulos.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial).

Apresentamos a seguir, demonstrativo do tratamento do Déficit:

Déficit	Resolução CNPC nº 22/2015
Limite	(Duração - 4) X 1%
Gatilho	Eliminar gatilho (passa a ser automático).
Valor a ser equacionado	Se déficit > limite, equaciona o que ultrapassar o limite. Se déficit < limite, não há equacionamento.
Tratamento do Déficit	Promove a equidade no equacionamento de déficit, tendo a duração como critério de diferenciação.
Tratamento do Déficit	Limitado à Duration de 4 anos. Para valores inferiores a 4 anos, eventuais déficits são equacionados anualmente de maneira integral, com contratos firmados pelo patrocinador.
Planos de Equacionamento	Os planos de equacionamento deverão prever fluxos de contribuições lineares ou decrescentes (nunca crescentes).

Para fins de controle e acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2017, demonstramos as informações necessárias:

Valores Expressos em R\$ Mil

Cálculo de Duração do Passivo e Ajuste de Precificação - Previc			
Cálculo ajuste NTN-B e NTN-C			
Dados para cálculo			
Data da Carteira:	31/12/2017		
Taxa de Juros Real Anual	5,61		
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
NTN-B Accrual	889.766	991.123	101.357
NTN-C Accrual	6.989	7.347	358
Total	896.755	998.470	101.715
Análise das Durações	Art. 9º, inciso V, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			
Duração do passivo	13,66		
Duração dos títulos	11,12		
Análise dos VP	Art. 9º, inciso III e IV, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			

A *duration* do passivo do Plano BD nº 001 da Funcorsan é de 13,66 anos em 2017. Com isso, a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é 9,66%.

O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 101.715 mil foi destinado ao equacionamento do déficit e contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no item “5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB. O equilíbrio técnico ajustado acumulado do Plano BD nº 001 da Funcorsan, bem como o índice de Solvência, está a seguir demonstrado:

Valores Expressos em R\$ Mil

Apuração de Resultados - Superávit / Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado – 2017	
A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (conta 2.3.1.1)	1.674.757
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	9,66%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer ((1) *(2.1)) *-1	(161.782)
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2)	(151.364)
4) Ajuste de Precificação Positivo	101.715
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	(49.649)
6) = (5) / (1) x 100 = Índice de solvência	2,96%

Conforme observado, no demonstrativo, no exercício de 2017 o Plano de Benefícios BD nº 001 encerrou o exercício de 2017 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 49.649 mil, o que resultou em um índice de solvência de 2,96%, inferior ao limite de 9,66% da zona de equilíbrio mínima. Desta forma, no referido exercício não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.






Elena Hahn Raupp	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretora Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Seguridade	Contador
CPF: 177.314.700-59	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES

CRCRS 6.706

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Corsan — Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento- Corsan**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Corsan — Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento- Corsan** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

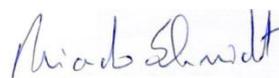
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.



Luiz Fernando Silva Soares
Contador CRCRS 33.964



Ricardo Schmidt
Contador CRCRS 45.160

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado em 31/12/2017, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DAL, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DMAL, a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano - DPTP, as Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis, o Parecer Atuarial n  058/18, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a manifestação da Diretoria Executiva em sua Ata n  745/2018, observando o disposto no parecer dos Auditores Independentes, **são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.**

Porto Alegre, 27 de març o de 2018.



Arilson W nsch
Presidente do Conselho Fiscal



Alberto Domingos Pagliarini



Ivan Edi nio de Andrade



Ronaldo Souza da Silva

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO CORSAN - DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado Balanço Patrimonial Consolidado na posição de 31/12/2017; Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA; Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DAL; Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL; Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPTP; Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31/12/2017, Parecer Atuarial nº 058/18, e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, ainda, observando o disposto nas Atas da Diretoria Executiva nº 745/2018 e o Parecer do Conselho Fiscal, aprovam os documentos acima enunciados.

Porto Alegre, 27 de março de 2018.



Keyla Azzolin Marini
Presidente do Conselho Deliberativo



Marcelo Santos da Rocha



Alessandra Fagundes Santos



Delso Francisco Zwirtes



Sidnei Lima da Silva



Sady Xavier da Cruz